

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS- CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE IMPERATRIZ – MARANHÃO, em 12/07/2018.

Às quatorze horas, do dia 12 (doze), do mês de julho do ano de 2018 (dois mil e dezoito), no auditório da SEMUS, reuniram-se os membros do CMS-Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz - Maranhão, para tratar de assuntos de interesse da saúde local. Verificando-se a existência de quórum, conforme assinaturas constantes no livro de presença, a Sra. Presidente do CMS, Lívia Dias Oliveira Bustamante, declarou aberta a reunião, saudando a todos os presentes. Em seguida, apresentou a proposta de pauta constando os seguintes itens na ordem conforme consenso de todos os presentes: 1º PONTO: Leitura da Ata da reunião anterior; 2º PONTO: Política Nacional de Saúde do Trabalhador: CISTT ESTADUAL (Manoel Lajes); 3º PONTO: CAF - Comissão de Farmácia e Terapêutica; 4º PONTO: Projeto Intercâmbio e 5º PONTO: NASF; 6º PONTO: Informes da Saúde. Iniciou-se pelo **1º PONTO: Leitura da Ata da reunião anterior** feita pela Presidente do CMS. Após a leitura, colocada em votação foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. Em seguida a Presidente informa que recebeu hoje um documento do Setor de Engenharia informando que não seria possível apresentar o relatório e como existia algumas demandas de pauta na fila de espera para esta reunião, explicou que o relatório das obras e reformas era pra ter sido apresentado na reunião extraordinária que não aconteceu por falta de quórum. Mas, como o setor de Engenharia não pôde vir, que o Departamento do NASF já havia enviado toda a documentação e que já havíamos encaminhado para o e-mail dos Senhores Conselheiros, diante de tal desistência, coloca em apreciação da plenária para que seja substituído o ponto de pauta do Relatório de Obras e Reformas pelo projeto do Departamento do NASF onde a mesma foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes. Colocou também a sugestão de alteração da ordem da pauta, para que o Sr. Manoel Lages, Presidente da CISTT – Estadual, que veio de São Luís para essa reunião tenha sua fala antecipada. Todos foram de acordo. **2º PONTO: Política Nacional de Saúde do Trabalhador: CISTT ESTADUAL (Manoel Lajes).** O Sr. Manoel Lages, Coordenador da CISTT – Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Estado do Maranhão iniciou falando da importância da política do trabalhador e enquanto Coordenador da CISTT Estadual relata a preocupação com o CEREST/CISTT de Imperatriz, pois o RAG (Relatório Anual de Gestão) do CEREST de Imperatriz não foi aprovado pelas instancias municipal e estadual, pois o mesmo apresenta inconsistências e está faltando muitos elementos. E também ouviu falar a que equipe multiprofissional do CEREST está desfalcada, e a pessoa que no momento está respondendo pelo CEREST não estava preparada para tal. No relatório faltam muitas ações de abrangência do CEREST e na questão financeira faltaram documentos que pudessem subsidiar tal relatório, o que o fez solicitar junto a esse conselho essa pauta. A Conselheira Silvana Pitol esclareceu que na reunião do CMS em que o Prefeito e o Secretário estiveram presentes o Conselheiro João

Carvalho Parrião colocou a falta de documentos para essa prestação de contas. Disse ainda que a documentação apresentado à CISTT estava incompleta, muitas coisas ficaram faltando e teve ressalva principalmente no caso dos gastos com os carros do CEREST, onde foi solicitado à SEMUS extratos e saldo bancários. Coloca que antes o CEREST tinha essas informações, agora não tem mais e nessa gestão atual se manda ofícios, mas não há feedback de troca. A CISTT não pode aprovar esse relatório inconsistente como está, foi feito a ressalva, encaminhado ofício para a SEMUS dizendo que estava precisando dos documentos para que o relatório fosse de fato apresentado na CISTT Regional e no CMS, mas não receberam respostas. O Conselheiro João Carvalho Parrião disse que após vários ofícios enviados foi que os extratos foram enviados para fazer tal correção, mas depois de tudo pronto para apresentar verificou que ainda faltava documentos e não foi aprovado. A Conselheira Francineide Pereira Alves informa que podemos até perder o recurso ou ter que devolver o dinheiro. O Sr. Manoel Lages disse que a Política de Saúde do Trabalhador não tende a punir ninguém a não ser que haja desvio de recurso e disse que na gestão do anterior o município teve que devolver quase um milhão de reais por conta de uso indevido de recurso para outros fins. A Conselheira Silvana da Costa Lima Pitol disse que a Assessora de Planejamento Isabel Myriam Macedo disse que não tem o valor da Programação Anual de Saúde, que não encontrou esse dinheiro, mas a Conselheira acredita que esse recurso está lá, pois todo ano sobra um montante e tem como provar pois o dinheiro entra mês a mês, porém, acredita que a Isabel Myriam deveria ter informado, oficializado junto ao Ministério Público e o Conselho, documentar o CEREST que houve esse desvio de recurso para que o CEREST pudesse informar a CISTT, CEREST Estadual e RENAST, porque não podemos simplesmente começar do zero de novo. A Presidente pede para o Assessor Jurídico do CMS Glebson Lessa, elaborar um documento solicitando esses extratos e que a Comissão de Orçamento e Fiscalização dos Recursos Financeiros faça esse acompanhamento. Após várias discussões foi aprovada por unanimidade a seguinte proposição: que o CMS faça documento solicitando: os extratos bancários desde 2015 os processos de pagamentos e passar essa prestação de contas para a Comissão de Fiscalização juntamente com um membro da CISTT. O Conselheiro Luís Gonzaga sugere que o documento a ser enviado para a SEMUS tenha um prazo de 10 dias e a Comissão de Fiscalização prazo de 15 dias, a partir da chegada desses documentos para analisar e dar parecer o que foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes. Em seguida a presidente pede esclarecimento com relação equipe do CEREST não estar completa. O Conselheiro João Carvalho Parrião disse que os funcionários que tinham conhecimento que estavam lotados no CEREST saíram, alguns a pedido, outros eram contratados e foram exonerados por conta da mudança de horários e outros. O Sr. Manoel Lages finalizou sua fala dizendo que esse momento foi um bom início para que possamos solucionar essa pendência, fazer com que a comissão encaminhe para a CISTT Estadual esses documentos, para que possamos estar acompanhando a forma como está sendo gerido o recurso federal passado para o município, mas que é pra atuar em mais de

quarenta municípios, não é só para Imperatriz e pelo que observou está sendo utilizado só no município de Imperatriz e vamos ver se a partir desse ajuste possamos ter dias melhores no CEREST. O Conselheiro Jurandi Mesquita disse que o dinheiro que vem para o CEREST não é controlado pelo Setor e quando se pede a documentação não aparece, as coisas devem ser tratadas com seriedade e acha que esse fato da Prefeitura pegar o dinheiro e não liberar para o que deve ser feito deve ser denunciado ao Ministério da Saúde que é de onde vem o dinheiro, porque depois quem leva a culpa é o CEREST que não vê nem a cor do dinheiro. A presidente aproveita a presença do representante da CISTT Estadual e informa que a gestão fez um protocolo de como deverá ocorrer as solicitações de viagens dos membros deste conselho. Coloca que temos que preencher um relatório de viagem para que seja aprovado a próxima viagem. Quem viajar e não apresentar relatório de viagem não terá aprovação para próxima viagem. É importante que estejamos antenados quanto a isso para não termos problemas em realizar nosso papel de controle social. Quanto às solicitações de viagens da CISTT, que seja enviado ofício com antecedência dizendo quem vai, quantidade de diárias, dia e horário da viagem para evitar qualquer transtorno. O Conselheiro João Carvalho Parrião comentou que com relação às limitações de quilometragem (150km) das viagens do CEREST, o mesmo fez o levantamento a pedido do Dr. Alair e entregou na SEMUS, mas até o momento nada foi resolvido. A presidente disse que a CISTT tem que enviar uma cópia ao conselho de toda solicitação feita à SEMUS, para que possamos fortalecer as cobranças e que os documentos expedidos da CISTT sejam com cópia para o CMS para evitar os vácuos de comunicação. 3º PONTO: CAF – Comissão de Atenção Farmacêutica e Terapêutica; O Conselheiro Manoel Alves, Presidente da Comissão de Fiscalização informa que foi enviado ao CMS à prestação de contas referente ao ano de 2017 e continua no conselho porque pedimos diligência dessa documentação completa e a comissão precisa de processos físicos de pagamentos para poder confrontar o que está nos relatórios e processos. Foi feito documento para o Setor de Contabilidade e até o momento não recebemos resposta e estamos no aguardo. A Coordenadora da CAF – Comissão de Atenção Farmacêutica- Dra. Bruna se manifestou dizendo que recebeu um ofício do Ministério da Saúde em 30 de maio e em 10 (dez) dias esse processo de prestação de contas da CAF foi realizado e enviado para o gabinete. Tem um formato de prestação de contas e tudo que é de competência da Assistência Farmacêutica foi feito. Dra. Bruna disse que foi procurada pelo Setor de Contabilidade que lhe disse que isso é de competência da Assistência Farmacêutica, mas o preenchimento da planilha foi feito sim pela Assistência Farmacêutica realizado no prazo, mas essa análise fiscal não é nossa. A Conselheira Francineide Pereira Alves comentou que a Comissão de Fiscalização tem tido muita dificuldade de receber da Contabilidade os processos para as fiscalizações. Dra. Bruna colocou que o Ministério da Saúde pediu o relatório de 2016 e 2017 e a maior dificuldade encontrada é no ano de 2016 até porque assumiu em 2017, então não tem como fazer o planilhamento desse ano. A Presidente pede que o Assessor Jurídico do CMS

que no documento será feito para o CEREST, se estenda para os demais e deixar claro a obrigação da gestão de estar fornecendo esses documentos, estipulando inclusive os prazos para que possamos estar exercendo com legitimidade nosso papel. O Conselheiro Manoel Alves concorda com a Presidente e não é só com o CEREST que recebe recurso Federal, mas todos os outros programas que recebem recurso com rubrica carimbada que só pode gastar dinheiro com aquele setor e passar a prestação de contas pelo Conselho porque essa é a primeira recomendação do Ministério da Saúde. Nesse momento a Presidente relatou que o pessoal da UPA estava querendo a Resolução da aprovação da mesma pelo Conselho e não tem, pois o projeto não foi apresentado ao conselho na época. A Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol pergunta por que está faltando medicação para os usuários em geral e em especial os da Saúde Mental, pois muitos não têm condições de comprar seus medicamentos. Dra. Bruna respondeu dizendo que já alguns meses estão tendo essa dificuldade de abastecimento principalmente na Saúde Mental. Os pedidos são feitos mensalmente, só que as medicações não chegam. Mas agora o setor de processos está notificando o fornecedor baseado nas faltas e tem os fiscais de contratos que é quem notifica a empresa. Comentou também sobre o programa na HÓRUS que observa toda entrada do recurso da União que vem para aquisição de medicamentos repassada ao município e controla os pedidos e as solicitações e tudo que é registrado aqui no nosso município, automaticamente é em transmissão simultânea para o Ministério da Saúde. A Conselheira Silvana Lima da Costa Pitol disse que é o usuário que sofre com a falta desse medicamento e deve ser resolvido, se não estão entregando os medicamentos no prazo, contrate-se outra empresa e compete a Comissão de Rede estar acompanhando também essa questão de medicamentos e ver por que esse fornecedor não foi penalizado por não cumprir com o que se comprometeu na licitação. 4º PONTO: Projeto Intercâmbio. Com a palavra o Enfermeiro Victor Bachellet, Coordenador da Enfermagem da Rede de Saúde Mental, faz parte da equipe técnica do Projeto e veio esclarecer alguns pontos do Projeto Intercâmbio da Saúde Mental que é totalmente diferente do que foi em 2014 do InovaSUS. Disse que na gestão passada o projeto está com pendências com o Ministério da Saúde, mas conseguiram retornar suas atividades. Tiveram que fazer uma remodelação porque só temos 6 (seis) meses para executar e não deixar o recurso voltar. Foi feita uma emenda, vamos continuar com a mesma metodologia, vamos atingir mais profissionais e ficou de passar uma cópia da sua apresentação ao CMS, pois aqui está uma comparação do que foi antes para o que está sendo agora. O Conselheiro Manoel Alves disse que esse projeto foi encaminhado ao Conselho onde foi analisado e feito alguns questionamentos. Victor Bachellet disse que além do que estava pactuado, colocaram para o início de setembro acontecer uma Conferência Regional de Saúde Mental a fim de reunir todos os municípios para essa prova de teste e que em novembro será realizado o 1º Congresso Internacional de Promoção a Saúde Mental em Imperatriz apoiado junto a OPAS. A fonte do recurso é um financiamento no valor de R\$70.000 (setenta mil reais)

da Organização Pan Americana / MS dividido em 03(três) parcelas. Foram indicados 3 (três) preceptores, que são pessoas que vão estar a frente do projeto: Robson Mariano (Coordenador do CAPS AD), Tayane Serqueira (Coordenadora da Residência Terapêutica) e Victor Bachele (Coordenador da Enfermagem da Saúde Mental). A conselheira Silvana Pitol perguntou se algum desses nomes são pessoas concursadas por que se costuma ver investimento em pessoas contratadas e às vezes nem termina o mandato da gestão os mesmos saem o conhecimento vão junto com elas e o serviço 5ten. Acredita que um investimento desse seria interessante que tenha um funcionário concursado para que os próximos que viessem, eles pudessem estar repassando o que aprendeu. O Enfermeiro Victor Bachele respondeu que não, porém, que a cartilha não especifica essa questão de concursado ou não, a questão é a responsabilidade da pessoa com o projeto. Os quatro instrutores vão ajudar na construção do projeto e pode ser qualquer funcionário da rede e vão receber a bolsa também, só não vão estar de frente. Disse que esse projeto vai acontecer uma única vez, vão executar e encaminhar os relatórios e a importância é esse intercâmbio. A Conselheira Francineide Pereira Alves disse que não conhece nenhum desses nomes dos preceptores e na Saúde Mental tem profissionais de carreira que a seu ver tem interesse de participar e perguntou qual a experiência que os indicados têm na saúde mental. Disse ainda que ficou feliz com a indicação da Marília que é uma funcionária de carreira e foi nomeada Diretora do HMI. O Sr. Victor Bachele disse que as pessoas indicadas são profissionais que já estão dentro do serviço e como foi orientado pela Sra. Marília do Ministério da Saúde de que as pessoas da preceptoría deveriam ser pessoas que realmente vestissem a camisa e fossem de confiança da Coordenação técnica e foi definido em uma reunião com Dr. Alair Firmiano, Isabel Myriam Macedo e a Coordenadora do Saúde Mental – Maria Aparecida Alves. Com relação aos instrutores vamos fazer um processo seletivo aberto para que todos possam participar. A Presidente ressalta que a Rede da Saúde Mental tem passado por uma intensa rotatividade em suas coordenações, que quem está assumindo são pessoas que não temos segurança se vão continuar ou não a fazer parte desse serviço e esse fato traz grande preocupação a esta casa. Afirmo ainda que a rede tem pessoas capacitadas e que vem vestindo a camisa da Saúde Mental há muitos anos e sem receber nenhum reconhecimento ou bonificação por isso e que poderiam fazer parte dele; e pergunta quais os critérios foram utilizados na escolha dos preceptores. A Conselheira Silvana Pitol pergunta se há alguma dificuldade de estarem colocando pessoas concursadas nessas três vagas de preceptores. A Presidente disse que o projeto está sendo apresentado e como conselheiro podemos sugerir a inclusão de concursados como preceptores. A Sra. Maria Aparecida Alves fez uma explanação dizendo que esse projeto é antigo e o que é relatado sempre é que a saúde mental ganhou um prêmio, porém esse prêmio não foi a saúde mental que ganhou e sim o município em nome da saúde mental porque o projeto saiu de lá. Em relação a questão técnica de estarem envolvidos no projeto, é bem claro a comunicação do Ministério Público que quem decide quem vai estar a frente é o Coordenador Técnico. Dr. Alair Firmiano sugeriu

que eu assumisse esse projeto e que este conselho está dificultando as ações de saúde debatendo algo que não compete a ele. Que o projeto Engrenagens que estava em execução e não foi concluído, o pessoal teriam que devolver verbas. Por conta disso tínhamos um prazo muito curto para se fazer todas as ações e pra não devolver a verba, assim, entraram em contato com o pessoal do Ministério da Saúde pedindo um protelamento do tempo. Hoje temos a primeira parcela depositada, porém, está bloqueada e logo que desbloquear daremos início às ações. As outras parcelas só virão depois que começar a utilizar essa primeira parcela. Depois de conversar com Dr. Alair Firmiano foi que escolheu os preceptores e chegou a um consenso de dar oportunidade aos funcionários participarem, uma vez que o carro chefe da saúde mental é a Atenção Básica e quanto mais pessoas estiverem envolvidas será melhor e não tem nada dizendo que o que estão fazendo tá errado. A Conselheira Francineide Pereira Alves disse que queremos apenas que os preceptores sejam três pessoas concursadas, não estamos contra o projeto e nem contra as indicações. A Conselheira Silvana Pitol sugere que entre esses três preceptores tenham concursado de carreira e com experiência. O Conselheiro Manoel Alves disse que esse foi o questionamento da Comissão, agora depois de ouvir os conselheiros, vamos anotar os questionamentos e fazer o relatório. A Presidente disse que a saúde mental deve ser mesmo discutida, aprendida, os projetos devem acontecer sim para fortalecer a rede, porém ressalta que a função deste conselho é justamente fiscalizar as ações para que elas ocorram de maneira efetiva e transparente, pois não podemos correr o risco de cair-nos mesmos erros como aconteceu com o projeto Engrenagens, e por isso solicita a inclusão de profissionais concursados como preceptores para que independente de qualquer coisa o projeto tenha condições de ser concluído. Após várias falas de outros conselheiros, a Sra. Maria Aparecida Alves disse vai adequar o projeto e colocar todos os três preceptores pessoas concursadas. Diante disso o Conselheiro Manoel Alves, Presidente da Comissão de Fiscalização disse que já que a sugestão do Conselho foi acatada com a inclusão de Zaira Karan (Coordenadora do CAPS – II) e Raymara Costa (Coordenadora do CAPS III), sugere que o Conselho aprove o Projeto, ficando de ser documentado no conselho o que foi aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes. 5º PONTO: Implantação de 05 salas de estimulação no NASF. A Coordenadora do NASF, Sra. Ana Paula, fez uma breve explanação da programação que não foi colocada dentro da PAS – Programação Anual de Saúde do NASF no início do ano e agora quer que seja inclusa por conta de um recurso que já está na conta do município para se trabalhar a implantação de 05 (cinco) salas de Estimulação Precoce em Crianças na Atenção Básica, sendo uma para cada NASF conforme a Portaria nº 3.502, de 19 de dezembro de 2017 e solicita a apreciação do CMS. A Renata Costa, Coordenadora do Programa de Saúde da Criança e do Adolescente, iniciou sua fala discorrendo dizendo que em 2015 ocorreu um surto de Zika e conseqüentemente a microcefalia, e a região de Imperatriz teve vários casos de microcefalia e no momento tem 16 casos notificados e pensando nesse surto o Ministério da Saúde criou essas salas de estimulação precoce para o NASF que é o Núcleo Ampliado Saúde da

Família. Como aqui em Imperatriz temos cinco Núcleos, espalhados por 5 distritos sanitários sendo, MILTON LOPES, SANTA RITA, CAFETEIRA, VILA NOVA e VILA LOBÃO então, essas salas seriam instaladas uma para cada núcleo e os profissionais da Unidade identificam as crianças que precisam desse atendimento e encaminha para os colegas, pois já estão sabendo do local e horário que eles estarão atendendo naquela sala. Vão tirar um dia na semana para estar atendendo esse público específico. Teremos nesses atendimentos fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e outros. Esse recurso é para a compra de material ligados a questão da estimulação, e como no início do ano não houve essa previsão na PAS – Programação Anual de Saúde o que impossibilitaria a compra sem essa inclusão, solicitamos que seja aprovado a nova meta de ação do Plano Anual de Saúde para a implantação de 05 salas de estimulação precoce na Atenção Básica (uma para cada NASF conforme Portaria nº 3.502, de 19 de dezembro de 2017) em Imperatriz – Maranhão. Após todos os esclarecimentos foi colocada a proposta em votação que foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes. 6º PONTO: Informes da Saúde. A Conselheira Francineide pereira Alves informa que no mês de abril do corrente ano, a mesma trouxe a solicitação para que o CMS aprovasse que o Posto de Saúde da Cafeteira, depois da reforma tivesse o nome da servidora Maria das Graças Viana, e a reforma já está sendo concluída, portanto solicita que o Conselho envie documento ao Prefeito Municipal – Francisco de Assis Ramos lembrando dessa solicitação do conselho de que a servidora Maria das Graças Viana seja homenageada tendo seu nome naquela Unidade de Saúde. Todos foram de acordo. Informa ainda que o Dr. Cloves, Médico de demanda do Conjunto Nova Vitória, atende dois dias na semana apenas quinze pessoas. O Conselheiro Manoel Alves Pereira representante da gestão disse que amanhã mesmo ele será notificado. A Conselheira falou ainda que a falta dos exames de ressonância está refletindo no seu trabalho e pelo que a Coordenadora do Saúde Mental falou aqui, dá para entender que estávamos fazendo celeuma, mas temos que apontar as falhas e que lá na Saúde Mental continua faltando medicação e sem médico. O Conselheiro Hélio José Bertoldo da Silva disse que a UNI RAD já está funcionando, só que ainda vai levar uns dias para ficarem na normalidade esses exames que também está sendo realizado aos sábados em outro local. A Conselheira Silvana Pitol informa que as cirurgias de catarata do Dr. Alberto Madeira dos pacientes com diabetes foram suspensas por falta de pagamento e sem data para voltar a atender. Isso causa problema sério com o gasto dos exames, porque tem exames que não faz pelo SUS e isso reflete na sociedade. Que a UPA do São José continua sem realizar raio X, um dia não tem a película, noutro não tem o líquido, ou seja, falta insumos para manutenção da máquina. Ficou de fazer documentos pedindo a solução desse caso. A Conselheira Lucília disse que tem uma pessoa da Associação de Moradores do Bairro Santa Rita que está morrendo por falta de uma Perineoplastia, porque o médico que pode 7tende-la disse que não vai fazer a cirurgia sem a tela, por isso o risco de vida. A mesma já fez seis cirurgias, não consegue andar e segundo informações essa tela não é fornecida pelo SUS. A Presidente disse que nesse caso ela tem que dar

entrada na Defensoria Pública para que o mesmo solicite do Estado a compra da tela, pois todas as cirurgias ginecológicas quem está responsável é o Estado e acredita que estão sendo realizadas no Macro Regional. Informou ainda das férias da Secretária Executiva do CMS. Passamos para a Sra. Isabel Myriam Macedo essa situação solicitando em ofício um profissional, pois é de responsabilidade da SEMUS prover o serviço de manutenção do conselho e ela falou que vai enviar uma pessoa para ficar no CMS durante esses período e pede o entendimento e colaboração de todos. Informa que a Comissão de Rede teve um membro que foi substituído e precisamos saber se tem algum membro representante dos Prestadores/Gestores que queira ocupar essa vaga para que se reúnam e eleja o novo presidente e relator da comissão, bem como fazer a escala para que uma vez na semana tenha atividade nas Unidades de Saúde Públicas e Privadas. A Conselheira Acilea Nascimento Pereira indicou seu nome para compor a referida comissão e todos foram de acordo, sendo aprovado por unanimidade dos presentes. Como nada mais havia a ser tratado, agradeceu aos Conselheiros e Convidados pela sua participação, quando deu por encerrado os trabalhos da mesa, da qual foi lavrada a presente Ata, que após sua apreciação será assinada pelos Conselheiros presentes. Imperatriz – Maranhão, 12 de julho de 2018.

ACILEA SANTOS N. PEREIRA

ALBANE FREITAS DE SOUSA

ANA CLÁUDIA BRAGA SANTOS SILVA

SILVANA LIMA DA COSTA PITOL

ERCY M^ª DO NASCIMENTO CHAVES

FRANCINEIDE PEREIRA ALVES

FRANCISCO NETO FERREIRA DA SILVA

HÉLIO JOSÉ BERTOLDO DA SILVA

JOÃO CARVALHO PARRIÃO

LUIS GONZAGA CORREA NETO

JURANDI MESQUITA

LÍVIA D. OLIVEIRA BUSTAMANTE

RAIMUNDA DOS SANTOS

M^ª TAMAR TORQUATO C. SOUSA

MANOEL ALVES PEREIRA

MARIA APARECIDA ALVES

MARILENE BRITO DA SILVA

ROSIMAR MELO TELES

ANTONIO RODRIGUES SILVA FILHO

LUCÍLIA DO NASCIMENTO LIMA

Acilea N. P.
Albane Freitas de Sousa
Ana Claudia B. S. Silva

Erca M. do Nascimento Chaves
Francineide Pereira Alves

Francisco Neto Ferreira da Silva
Helio Jose Bertoldo da Silva
João Carvalho Parrião

Jurandi Mesquita
Livia D. Oliveira Bustamante

Raimunda dos Santos
M. Tamar Torquato C. Sousa

Manoel Alves Pereira
Maria Aparecida Alves
Marilene Brito da Silva
Rosimar Melo Teles

Antonio Rodrigues Silva Filho
Lucília do Nascimento Lima